

Toponímia em Libras: tecnologia e ensino

Alexandre Melo de Sousa¹, Ronice Müller de Quadros².

Universidade Federal do Acre¹, Universidade Federal de Santa Catarina²

E-mail: alexlinguista@gmail.com, ronice.quadros@ufsc.br

Resumo. O presente artigo apresenta o *Web Software* Toponímia em Libras desenvolvido para a pesquisa e o ensino da Toponímia em Língua Brasileira de Sinais, numa perspectiva interdisciplinar. O referido *software* alia recursos tecnológicos modernos e conhecimentos linguísticos, pedagógicos, identitários e culturais inerentes ao sujeito surdo e, em âmbito geral, à comunidade surda; além dos conhecimentos geográficos, históricos e culturais inerentes aos espaços nomeados.

Palavras Chave: Toponímia, Libras, Tecnologia, Educação de surdos.

Introdução

A Toponímia constitui uma disciplina linguística que se encarrega do estudo dos nomes dos espaços geográficos de natureza física (rios, lagos, serras etc.) e humana (municípios, ruas, bairros, praças etc.). Não se trata, apenas, de conhecer a etimologia dos nomes geográficos (ou topônimos), mas adentrar nos aspectos léxico-semânticos do signo toponímico, seja no que se refere à formação do item lexical (aspectos morfossintáticos), seja no que se refere aos aspectos semânticos (aspectos motivacionais que influenciaram na escolha do nome) (DICK, 1990; 1992; ISQUERDO, 1996; ANDRADE, 2010; SOUSA, 2007; 2018; 2019a).

No Brasil, muitos estudos têm sido desenvolvidos pondo em tela os fatos toponímicos em geral, no entanto, pouca atenção tem sido dada aos topônimos em Libras. Tal como ocorre com as línguas de modalidade oral-auditiva, nas línguas de sinais (de modalidade visual-espacial) o ato de nomear espaços é um recurso natural e a análise da sua estrutura lexical e suas marcas semânticas nos dão pistas dos motivadores para a criação dos nomes geográficos (SOUSA, 2018, 2019a).

O presente trabalho objetiva apresentar um *Web Software* desenvolvido para a pesquisa e o ensino da Toponímia em Libras, numa perspectiva interdisciplinar, aliando os recursos tecnológicos modernos aos conhecimentos linguísticos, pedagógicos e culturais surdos; além dos conhecimentos geográficos, históricos e culturais inerentes aos espaços nomeados. Para isso, inicialmente faremos algumas reflexões teóricas destacando questões relacionadas à educação de surdos e tecnologias, bilinguismo, toponímia e interdisciplinaridade. Em seguida, descreveremos o *Web Software* desenvolvido, explicitando seus mecanismos e recursos.

Educação de surdos, bilinguismo e tecnologias

De acordo com dados da Feneis (2011), no Brasil há, aproximadamente, 5.750.805 surdos, dos quais 766.344 são jovens com idade entre 0 e 24 anos. Muitos desses surdos usam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação com outros surdos ou com ouvintes que dominam a referida língua de sinais. Vale lembrar que, atualmente, a Libras

[...] é reconhecida e tem sido efetivamente valorizada desde a Lei 10.436/2002, uma lei que reconhece a Libras como a língua

nacional das comunidades surdas brasileiras e os documentos oficiais decorrentes desta lei (tais como o Decreto 5.626/2005 que regulamenta esta lei, assim como a Lei de Acessibilidade 01.048/2000 que foi regulamentada pelo Decreto 5.296/2005 e o atual Plano Nacional de Educação 13.005/2014, seguido pela recomendação do Grupo de Trabalho pelo Decreto 1.060/2013 e 91/2013, incluindo a política de educação bilíngue para surdos – Libras e Língua Portuguesa) (QUADROS e STUMPF, 2018, p. 17).

No entanto, o quadro de reconhecimento da Libras no Brasil nem sempre foi como o descrito pelas autoras supra. O percurso histórico educacional dos surdos foi marcado por lutas para o reconhecimento de sua língua, segregação, preconceitos e desvalorização da Cultura Surda (SKLIAR, 1997).

Quadros (1997) explica que a educação de surdos no Brasil pode ser delineada a partir de três fases distintas: a primeira constitui a educação oralista, que não permite o uso das línguas de sinais e utiliza a língua oral terapeuticamente. Acredita-se no desenvolvimento da fala, ampliação da audição e compreensão da língua oral (SÁNCHEZ, 1992; FERREIRA BRITO, 1993; SKLIAR et al., 1995). Além disso, a proposta oralista desconsidera “questões relacionadas à cultura e sociedade surda” (QUADROS, 1997, p. 23).

A segunda fase, conhecida como bimodalismo, permitia a utilização da língua de sinais com a finalidade de ensinar a língua oral (DUFFY, 1987; FERREIRA BRITO, 1993). Os professores usavam os sinais dentro da estrutura da língua portuguesa. De acordo com Quadros (1997, p. 24), “esse sistema artificial passa a ser chamado de português sinalizado. Esse sistema também foi criticado por outros estudiosos como Ferreira Brito (1993) que destacou a impossibilidade das duas línguas serem utilizadas concomitantemente conservando suas estruturas – expressões faciais (da Libras) e movimentos labiais (do Português) causarão confusão na interação comunicacional.

A partir do entendimento de que a língua de sinais constitui uma língua natural adquirida no contato surdo-surdo ou surdo e outros que usam essa língua, e de que “as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais (QUADROS, 1997, p. 27), a preocupação passa a ser o respeito à autônomia das línguas de sinais e a valorização das especificidades e da Cultura Surda (QUADROS, 1995). Essa é a fase denominada bilinguismo, que considera as “realidades psicossocial, cultural e linguística da pessoa surda” (QUADROS, 1997, p. 29): a Libras é a primeira língua dos surdos, e a Língua Portuguesa, a segunda língua.

Quanto ao ensino de língua portuguesa, a proposta bilíngue para surdos concebe o seu desenvolvimento baseado em técnicas de ensino de segundas línguas. Tais técnicas partes das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pelas crianças surdas diante das suas experiências naturais com a LIBRAS (QUADROS, 1997, p. 29).

E, no caso específico do surdo, o ensino da língua portuguesa está direcionado à modalidade escrita da língua. Como destaca Quadros (1997, p. 32), os conteúdos constantes nos currículos de uma escola bilíngue para surdos “devem ser trabalhados na língua nativa das crianças, ou seja, na LIBRAS” e os conteúdos em língua portuguesa devem ser desenvolvidos em momentos específicos das aulas, “e os alunos deverão saber que estão trabalhando com o objetivo de desenvolver tal língua”. Assim, o foco do ensino é a língua e a cultura surda. Podemos falar, portanto, de uma proposta bilíngue-bicultural. Sobre isso, Baker e Baker explicam:

Os proponentes da abordagem bilíngue-bicultural acreditam que as crianças surdas não são deficientes. Em vez de serem aprendizes auditivos, eles são aprendizes visuais. As crianças surdas não

precisam de estratégias de ensino corretivas porque o programa bilingue-bicultural oferece um ambiente de aprendizagem visual único, no qual suas necessidades linguísticas, culturais e sociais são atendidas. Os professores surdos, administradores e equipe de apoio são considerados componentes valiosos do programa bilingue-bicultural. A abordagem bilingue-bicultural não apoia a integração de crianças surdas em programas de educação regular. Muitos adultos surdos compartilharam suas histórias de isolamento e privação acadêmica enquanto frequentavam escolas para crianças que podem ouvir. A abordagem bilingue-bicultural sustenta que as competências cognitivas, linguísticas e sociais são melhor alcançadas em ambientes que fornecem acesso comunicativo completo ao currículo (BAKER e BAKER, 1997, p. 3-4).

Ou seja, quando as necessidades linguísticas, culturais e sociais dos surdos são atendidas é possível haver avanços no processo educacional dos surdos nos seguintes aspectos, enumerados por Quadros (1997):

- o reconhecimento da pessoa surda enquanto cidadã integrante de uma sociedade surda com o direito de ter assegurada a aquisição da língua de sinais como primeira língua;
- o uso da língua de sinais na escola para garantir o desenvolvimento cognitivo e o ensino de conhecimentos gerais;
- o ensino da língua oral-auditiva com estratégias de ensino de segunda língua;
- a inclusão de pessoas surdas nos quadros funcionais das escolas (QUADROS, 1997, p. 40).

A proposta bilíngue coloca o surdo como protagonista, de modo a situá-lo em pé de igualdade em oportunidades de ensino e de construção de conhecimentos (SÁNCHEZ, 1990). Considerando a modalidade espaço-visual de uso da língua e os artefatos culturais dos surdos (STROBEL, 2018), novas propostas emergem unindo os componentes linguísticos, culturais e tecnológicos com finalidades, especialmente, pedagógicas. Nesse caso, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm tido destaque no processo de ensino de surdos, especialmente quando centralizam a Libras no processo de concepção do projeto e de operacionalização do produto elaborado (BASSO e MASUTTI, 2009).

Zõe (2017) explica que as tecnologias, de um modo geral, têm provocado uma mudança clara nos processos educacionais, em que os modelos são cada vez mais personalizados, tendo em vista as diferentes formas de aprender. No caso específico dos surdos, os recursos tecnológicos têm favorecido que as interações e as trocas culturais ocorram não apenas nas situações face-a-face. Como destaca Karnopp (2011):

As possibilidades de registros visuais estabelecem uma relação singular tempo-espaço, abrindo outras possibilidades de encontros em que compartilhamentos e trocas de significações são potencializadas entre as comunidades surdas, tanto presencialmente quanto em espaços virtuais (KARNOPP, 2011, p. 27).

O que se percebe é que a utilização dos recursos tecnológicos em Libras e, mais especificamente, dos *softwares*, proporcionam um rápido acesso aos conteúdos contribuindo assim para a ampliação e construção do conhecimento, pois as informações chegam até ele por meio de sua própria língua, e por isso, agregam aos recursos imagéticos grande potencial educativo. Se os recursos são utilizados para fins pedagógicos, estamos diante da inovação. Mas a inovação, neste caso, não apenas por pensar num tecnológico direcionado à educação de surdos. Somado a isso, pensamos num recurso cuja ênfase seja

dada à língua e à cultura dos surdos. Quadros (2005), destaca que, de um modo geral:

[...] as propostas bilíngues estão estruturadas muito mais no sentido de garantir que o ensino de português mantenha-se enquanto a língua de acesso ao conhecimento. A língua de sinais brasileira parece estar sendo admitida, mas o português mantém-se como a língua mais importante dos espaços escolares. Inclusive, percebe-se que o uso “instrumental” da língua de sinais sustenta as políticas públicas de educação de surdos em nome da “inclusão”. As evidências das pesquisas em relação ao status das línguas de sinais incomodam as propostas, mas não chegam a ser devidamente consideradas quando da sua elaboração. A língua de sinais, ao ser introduzida dentro dos espaços escolares, passa a ser coadjuvante no processo, enquanto o português mantém-se com o papel principal. As implicações disso no processo de ensinar-aprender caracterizam práticas de exclusão.

Aqui, assim como Andrade (2013), entenderemos o termo “inovação” no sentido de “(re)inventar, (re)descobrir, (re)criar algo já imaginado ou pensado antes, mas que, agora, passa por um processo de tradução”. Ou seja, inova-se quando se colocam conhecimentos e experiências a serviço de novas possibilidades educacionais.

Toponímia e interdisciplinaridade

A Toponímia, de acordo com Dick (1990), é ciência linguística cujo construto teórico subsidia a descrição e análise da natureza dos fatores motivadores da nomeação de elementos geográficos. A autora localiza a Toponímia no ambiente de intersecções, ponto de entrecruzamentos de várias áreas do conhecimento, visto que “a Toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam” (DICK, 1990, p.36). Esses diferentes dados são refletidos nos topônimos (nomes dos espaços geográficos físicos e humanos) num espaço-temporal que destaca o intercruzamento entre a Linguística, a História e a Geografia, a Antropologia, a Biologia etc.

O fato é que a Toponímia abrange a cultura em geral e propicia investigações tanto no campo da linguística como de outras áreas de conhecimento, permitindo intercruciar dados culturais de uma dada comunidade linguística a fim de conhecer peculiaridades cognitivas do usuário da língua tanto numa perspectiva individual quanto coletiva, para, a partir daí, conhecer os fatores que possivelmente motivaram a nomeação de um determinado lugar.

Andrade e Dick (2012) também abordam a natureza interdisciplinar da Toponímia e enfatizam que ela deve ser reconhecida e operacionalizada na produção de científica, relacionando sua característica dinâmica – que é própria da Toponímia e é própria, também, da perspectiva interdisciplinar. Morin (1990), por exemplo, assinala que essa relação dinâmica e cooperativa inerente à interdisciplinaridade entre as referidas ciências carece de tomada de consciência no que tange à complexidade inerente à realidade física, biológica, humana, social e política. Daí, o autor defende a relevância da interdisciplinaridade para a expansão do conhecimento, para a possibilidade de se analisar o mundo por vários diferentes e entrecruzados. Ser interdisciplinar, portanto, não é juntar conhecimentos diferentes, mas relacioná-los, complementá-los e refletir sobre e por meio deles.

Fazenda (1996) ressalta a relevância do homem, enquanto sujeito interactante entre seus pares, atuante no espaço (ao longo do tempo) e produtor de realidade. Blinkstein (2003), por sua vez, ressalta a capacidade do homem de fabricar realidade por meio da articulação do signo linguístico que, para ele, estabelece relação entre materialidade e significado por meio de um consenso social.

Andrade e Dick (2012) esclarecem que por meio de uma concepção interdisciplinar, a Toponímia

configura uma área de estudo que transmite a ideia de unidade formada por diversos saberes que pode sobremaneira subsidiar o sujeito a (re)encontrar “a identidade, história, etimologia do nome” a partir da perspectiva onomasiológica que, por seu turno, consiste em inferir significados a partir dos nomes.

O ato de nomear não é inerente apenas aos ouvintes. Alguns pesquisadores como Stokoe (1976) e Suppala (1992) falam sobre os sinais que os surdos atribuem às pessoas (uma espécie de “re-batismo”) motivadas por aspectos físicos, psicossociais ou das letras (geralmente, a letra inicial) dos seus próprios nomes. O ato de nomear é, por tanto, um ato de identidade, de pertencimento e de posse (SOUSA, 2018, 2019). Quando o surdo atribui um sinal a um lugar, por exemplo, homem e espaço se fundem: o espaço constitui o homem, o homem constitui o espaço.

Assim, pensamos no uso de um *Web Software* para o estudo dos topônimos em Libras, numa perspectiva bilíngue, cujos elementos estruturais valorizassem a modalidade visual-espacial, a identidade e a cultura surda.

Metodologia

Para o presente estudo foram utilizados dados em Libras coletados em documentos do Centro de Apoio ao Surdo (CAS/AC), confirmados com Sujeitos Surdos (alguns deles, criadores dos sinais toponímicos) e, em seguida, armazenados em Fichas Lexicográfico-Toponímicas digitais.

Inicialmente o município é cadastrado, como mostra a Figura 1, com a inclusão da localização no *Google Maps*:

Figura 1. Cadastro do Município. Fonte: Sousa (2019b).

Em seguida, passamos para o armazenamento dos seguintes dados: (a) Localização; (b) Tipo de acidente geográfico; (c) Topônimo (em Português ou em outra língua oral); (d) Classificação Taxionômica para o topônimo em Libras; (e) Sinalização (imagem e vídeo); (f) Classificação Taxionômica (em Português ou em outra língua oral); (g) Topônimo em Escrita de Sinais (*SignWriting*) e estrutura quanto aos parâmetros de formação; (h) Estrutura morfológica do sinal toponímico; (i) Contexto motivacional de criação do sinal; (j) Informações históricas e geográficas do espaço pesquisado (vídeo em Libras); (l) Fonte; (m) pesquisadores; (revisores)

– Como apresentado nas figuras 2 e 3, a seguir, correspondentes ao cadastro dos topônimos:

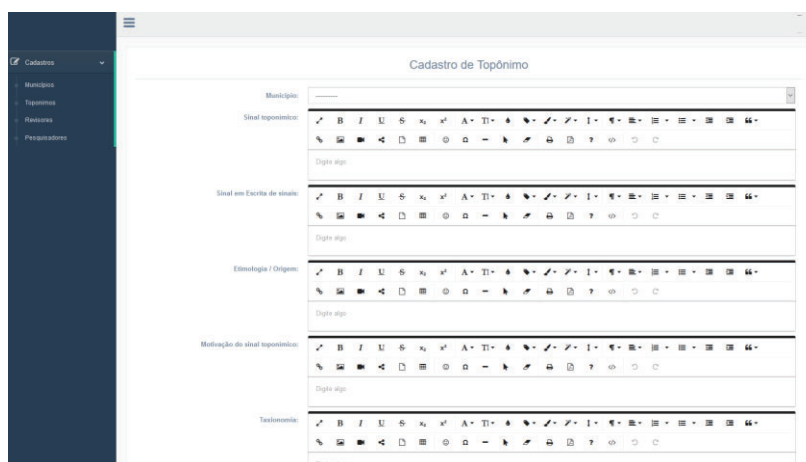


Figura 2. Cadastro do topônimo (primeira parte). Fonte: Sousa (2019b)

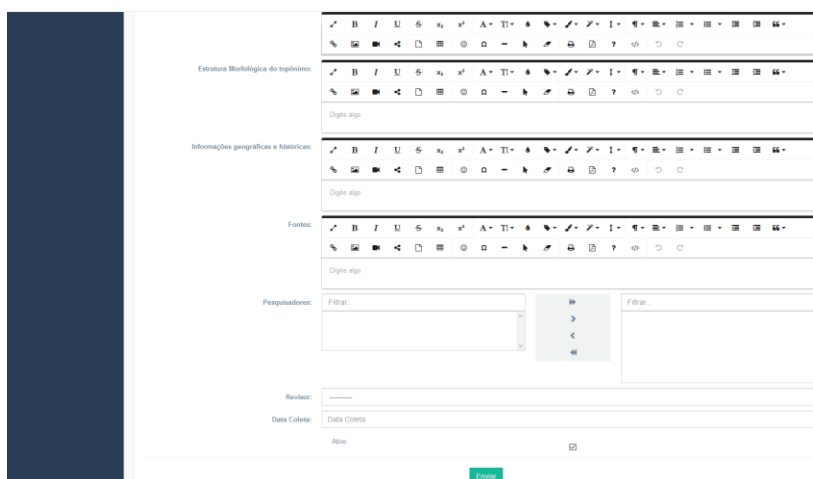


Figura 3. Cadastro do topônimo (segunda parte). Fonte: Sousa (2019b)

O sistema proposto é elaborado utilizando os seguintes elementos tecnológicos:

Python, que é uma linguagem de programação de alto nível, interpretada, imperativa e orientada a objetos, com as mais diversas aplicações desde de sistemas Web para o desenvolvimento de jogos (<https://www.python.org/>);

- Framework *Django*, que em conjunto com a linguagem *Python*, permite a criação de sistemas Web, na arquitetura MVT, Model, Views e Templates: *template* corresponde à camada de apresentação, ou seja, aquilo que queremos mostrar ao usuário final; *views* corresponde à manipulação e modificação lógica a serem apresentadas utilizando os dados vindos da *model*, que é responsável por fazer a conexão com o SGBD (<https://www.djangoproject.com/>);
- SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) é um elemento importante no desenvolvimento de plataformas Web. Para tal foi utilizado o *PostgreSQL*, que é responsável por guardar os dados utilizados pela aplicação (<https://www.postgresql.org/>);
- Para integrar todas as ferramentas e facilitar o desenvolvimento foi utilizada a IDE, do inglês *Integrated Development Environment* ou Ambiente de Desenvolvimento Integrado, *PyCharm* que específica para linguagem Python. Ele permite a análise de códigos e suporta

desenvolvimento web com o *Django*, facilitando a criação dessa plataforma (<https://www.jetbrains.com/pycharm/>);

- API *Google Maps* foi utilizado por possibilitar o usuário visualizar fotos aéreas dos espaços estudados, bem como ter acesso ao mapeamento vetorial das áreas;
- *Sign Puddle Online* foi utilizado para a criação da escrita de sinais (*SignWriting*) dos toponímicos em Libras (<http://www.signbank.org/signpuddle/>).

Para a gravação e edição dos vídeos em Libras foi utilizado o laboratório INTRALAB, da Universidade Federal de Santa Catarina, com o uso do *software IntraLab*.

Após armazenados os dados, na área do administrador, eles serão revisados pelo coordenador do projeto. Em seguida parte dos dados serão disponibilizados em página pública do sistema, por meio da qual, os usuários terão acesso às informações toponímicas em Libras, conforme mostraremos a seguir.

Resultados

Como dito anteriormente, os dados inseridos na plataforma administrativa de armazenamento, passa pela revisão do coordenador do projeto. O coordenador conta com uma equipe de pesquisadores, cujos integrantes são, em sua maioria, surdos (professores e acadêmicos), e que são responsáveis, também, pela validação das informações constantes nas fichas.

Após validados, os dados passam para a página pública, que possui a seguinte estrutura:

- Página de abertura do *Web Software*, com vídeo tutorial em Libras, que tem o objetivo de apresentar os espaços, a estrutura e os seus comandos (links);
- Apresentação do mapa do Acre, com ícones de direção das demais páginas, cada uma direcionada para informações específicas. Ao clicar em um município, os ícones coloridos apresentam determinados assuntos: o ícone róseo leva para a página do vídeo em Libras, o ícone amarelo direciona para a página da escrita de sinais, o ícone azul leva para o vídeo sobre os aspectos motivacionais para a escolha do sinal, e o ícone vermelho direciona para as informações de ordem histórico-geográfica do espaço;
- Página do vídeo que apresenta o nome do município soletrado e o sinal toponímico. Contém, ainda, uma imagem detalhando a produção do sinal;
- Página da escrita de sinais, que mostra o sinal toponímico em *SignWriting* e um vídeo explicativo sobre a estrutura morfológica do sinal;
- Página dedicada à explicação motivacional da criação do sinal. Apresenta, ainda, imagens explicativas relacionadas ao aspecto motivador;
- Página de informações geográficas (inclusive com o *Google Maps*) e históricas do espaço nomeado.

Todos esses espaços podem ser visualizados na figura 4:

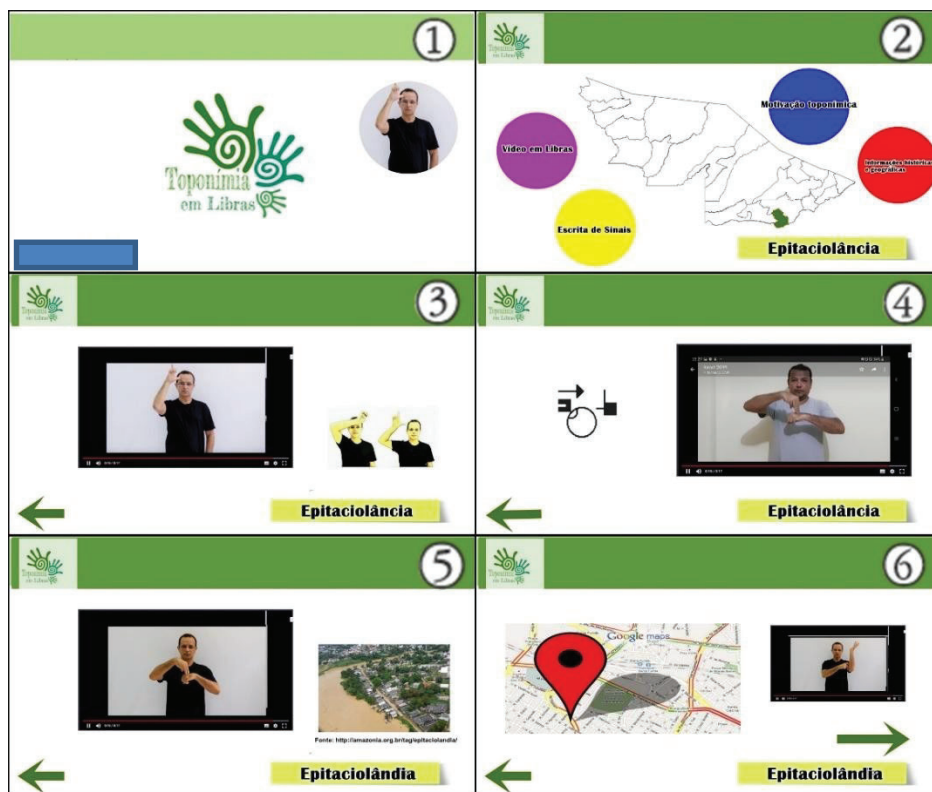


Figura 4. Web Software Toponímia em Libras. Fonte: Sousa (2019b)

Como se pode observar, as informações apresentadas nas páginas estão apresentadas em vídeos, utilizando a Língua Brasileira de Sinais. Os vídeos possuem legendas em língua portuguesa, para o acesso a possíveis usuários que não utilizam a língua de sinais. No exemplo apresentado, destacamos o município de Epitaciolândia, no entanto, o Web Software contempla todos os 22 municípios acrianos

Conclusão

O Web Software Toponímia em Libras apresenta um aspecto inovador por contemplar e valorizar a língua e a cultura surda. Seus elementos são predominantemente visuais e constituem valorização da identidade e da cultura surda. O software é elaborado contemplando a natureza interdisciplinar inerente à toponímia, contendo informações linguísticas, históricas, geográficas e culturais dos espaços nomeados.

Trata-se de produto de caráter pedagógico que poderá ser utilizado por professores, em aulas de Libras, ou para o público em geral pois tem acesso livre. Constitui um modelo que poderá ser utilizado para os diferentes espaços geográficos que apresentem sinais toponímicos.

Agradecimentos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A presente pesquisa tem apoio do CNPq (Processo nº 104249/2018-8).

Referências

- ANDRADE, K. S. *Atlas toponímico do estado do Tocantins*. Goiânia: PUC, 2010.
- ANDRADE, K. S.; DICK, M. V. P. A. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C.
- T. (orgs). *As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia VI*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012.
- BAKER, S; BAKER, K. *Educating children who are deaf or hard of hearing: Bilingual- Bicultural Education*. ERIC Clearinghouse on Disabilities and Gifted Education Reston VA., 1997. Disponível em: < <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED414671.pdf>> Acesso em: 03/03/2019.
- BASSO, I. M. S; MASUTTI, M. L. A mediação do ensino de Português na aprendizagem escolar do surdo por meio do SES. In: RAMIREZ, A. R. G; MASUTTI, M. L. (orgs). *A educação de surdos em uma perspectiva bilíngue: Uma experiência de elaboração de softwares e suas implicações pedagógicas*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 2003. DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1992.
- DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1990.
- DUFFY, J. T. *Ten reasons for allowing deaf children exposure to American Sign Language*. ERIC: Washington, D.C., 1987.
- FAZENDA, I. C. A. (org). *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- FERREIRA-BRITO, L. *Integração social e educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.
- ISQUERDO, A. N. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”. – UNESP, Araraquara, 1996.
- MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF, 1990.
- QUADROS, R. M. Contextualizando os estudos linguísticos sobre Libras no Brasil. In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R.; LEITE, T. A. (orgs). *Estudos da Língua Brasileira de Sinais I*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- QUADROS, R. M. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: ArtMed, 1997.
- QUADROS, R. M. O “bi” em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, E. (org).
- Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. Reconhecimento da língua Brasileira de Sinais: legislação da língua de sinais e seus desdobramentos. In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. (orgs). *Estudos da Língua Brasileira de Sinais IV*. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

SÁNCHEZ, C. *La increíble y triste historia de la sordera*. Merida, Venezuela: CEPROSORD, 1990.

SKLIAR, C.; MASSONE, M. I.; VEINBERG, S. *El Acceso de los niños sordos al bilingüismo y al biculturalismo. Infancia y aprendizaje*. Madrid, vol. 69-70, 85- 100, 1995. Disponível em: <<http://escritorioeducacionespecial.educ.ar/datos/recursos/pdf/skliar-massone-veinberg-acceso-ninos-sordos-al-bilinguismo-1995.pdf>>. Acesso em:10/03/2019.

SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos*. Fortaleza: 2007. Tese (Doutorado) – UFC, 2007.

SOUSA, A. M. *Língua, cultura e sociedade: a toponímia acreana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019a.

SOUSA, A. M. Projeto *Proposta metodológica para o estudo toponímico em Língua Brasileira de Sinais (UFSC/UFAC/CNPq)*, 2019b.

SOUSA, A. M. Metodologia para a pesquisa toponímica em língua brasileira de sinais. In: SOUSA, A. M.; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. (orgs) *Perspectivas para o ensino de línguas 2*. Rio Branco: NEPAN, 2018.

STOKOE, W. C. et al. *A Dictionary on American Sign Language on Linguistics Principles*. Linstok Press. 1976.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2018.
SUPALLA, S. J. *The Book of Name Signs*. Naming in American Sign Language. San Diego: DawnSign Press. 1992.

ZÖE, B. *Here's how technology is shaping the future of aducation*. 2017. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/how-technology-is-shaping-the-future-of-education-2017- 12>>. Acesso em 15/03/2019.